



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ  
CAMPUS RURAL DE MARABÁ

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO MÃO-DE-OBRA LTDA – EPP, CNPJ: 16.887.298/0001-33, legalmente estabelecida em Ananindeua/PA, mantém contrato de Prestação de Serviços de Administração de Mão de Obra com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Rural Marabá, conforme Contrato de prestação de serviços, com as seguintes características a saber:

**CONTRATO Nº03/2014.**

**Objeto:** Prestação de Serviços continuados de Administração de Mão de Obra de Cozinheiro, Encarregado e Auxiliar de Cozinha.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT
1	Cozinheiro	posto	4
2	Encarregado	posto	1
3	Auxiliar de Cozinha	posto	10

#### VIGÊNCIA

**Contrato:** 05/03/2014 à 04/03/2015

**1º Termo Aditivo:** 05/03/2015 à 04/03/2016

**2º Termo Aditivo:** 05/03/2016 à 04/03/2017

#### PADRÃO DE QUALIDADE

Até a presente data, os serviços estão sendo executados de forma satisfatória, não havendo até a presente data em nossos registros algo que desabone a sua condução profissional.

Marabá/PA, 24 de Fevereiro de 2016

ATESTO que os serviços/materiais foram prestados/fornecidos para a finalidade declarada e na forma e quantidades apresentadas neste documento  
Em 24, 02, 2016

Leidian Freitas  
SIAPE 2163471

Leidian C. Freitas  
Leidian Coelho de Freitas  
Chefe do Setor de  
Alimentação e Nutrição do CRMb  
Port. n.º 145/Reitoria  
DOU 28/01/2015



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ  
CAMPUS RURAL DE MARABÁ



PROCESSO Nº 23051.014471/2013-28  
TERMO DE CONTRATO Nº 03/2014  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2013

TERMO DE CONTRATO Nº 03/2014, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA DE APOIO ADMINISTRATIVO NAS FUNÇÕES DE COZINHEIRA, AUXILIAR DE COZINHA E ENCARGADO DE SERVIÇOS GERAIS, DE FORMA CONTÍNUA E SOB DEMANDA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO CAMPUS RURAL DE MARABÁ, QUE ENTRE SI FAZEM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – IFPA E A EMPRESA OFFICE SERVICETERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA-EPP.

**CONTRATANTE:** O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – IFPA por intermédio do **CAMPUS RURAL DE MARABÁ**, sediado na Rodovia BR 155, antiga PA 150 – Sentido Eldorado dos Carajás, Km 24,5, Cidade de Marabá, Estado do Pará, inscrito no CNPJ sob o nº 10.763.998/0002-10, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Diretor Geral “Pro Tempore” **Antonio Cardoso**, designado pela Portaria nº 259/MEC do dia 03 de março de 2008, portador da Carteira de Identidade nº 35726900 SSP/PA do CPF nº 028.892.342-15, residente e domiciliado na cidade de Belém-PA.

**CONTRATADA:** A Empresa **OFFICE SERVICETERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA-EPP**, inscrita sob o CNPJ nº 16.887.298/0001-33, com sede na Rua João Batista 44-B, Centro, na cidade de Ananindeua, no Estado do Pará, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela S<sup>a</sup> **Giselle Barros Damasceno**, residente e domiciliada nesta Cidade de Ananindeua, Estado do Pará, portador da Carteira de Identidade nº 038656282110-8 e do CPF 605.081.543-75, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada.

Os **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, na forma especificada no Processo 23051.014471/2013-28, Lei 8666/93, suas alterações e mediante cláusulas e condições a seguir:





### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de fornecimento de mão-de-obra terceirizada de apoio administrativo, de forma contínua e sob demanda, nas funções de (04) Cozinheiro(a), (10) Auxiliar de cozinha e (01) Encarregado de Serviços Gerais. Com fornecimento de materiais de limpeza e conservação, para atendimento das necessidades do Campus Rural de Marabá do IFPA, localizado no KM 24,5, BR 155, Antiga PA 150 Sentido Marabá Eldorado dos Carajás, Marabá – Pará, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos Anexos do edital do **Pregão Eletrônico nº 11/2013**.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

2.1 O presente contrato vincula-se aos termos:

2.1.1 do edital do **Pregão Eletrônico n.º 11/2013 e seus anexos**, constantes do processo 23051.014471/2013-28;

2.1.2 da proposta vencedora da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DA VINCULAÇÃO À LEGISLAÇÃO**

3.1 O presente Contrato será em tudo regido pelos preceitos de direito público, os princípios de teoria geral dos Contratos Administrativos e, em especial, pela Lei n.º 8.666/93 em sua redação atual, ou outra norma superveniente que venha a substituí-la, resguardados o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e o equilíbrio econômico-financeiro ora pactuada, bem como, obedecendo ao disposto na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, no Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, Decreto 3.555, de 8/08/2000, Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, Decreto 3.722 de 09/01/2001, IN MARE nº 05, de 21/07/1995, IN MPOG/SLTI nº 02, IN MPOG/SLTI nº 03/2009, IN MPOG/SLTI nº 04/2009, IN MPOG/SLTI nº 05/2009, e Portaria SLTI/MPOG nº 02, de 8 de abril de 2009, e devidas alterações posteriores ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação ou substituição à mencionada norma.

### **CLÁUSULA QUARTA: DO REGIME DE EXECUÇÃO**

4.1 A execução dos serviços contratados observará o regime de empreitada por preço global, previsto no Art. 10, inciso II, alínea “a” da Lei nº 8.666/93.





### CLÁUSULA QUINTA: DA DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS

Desta forma, a CONTRATADA deverá estar apta a fornecer os serviços assim discriminados:

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO GERAL
Cozinheiro (a)	Cuidar da apresentação pessoal; Usar o uniforme completo e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's); Observar o cardápio diário e responsabilizar-se pela elaboração do mesmo; Observar paladar e apresentação dos pratos que forem de sua responsabilidade; Fazer requisição de gêneros alimentícios à despensa do setor (SAN); Coordenar seus auxiliares, procurando sempre trabalhar em equipe; Zelar pela limpeza da sua área de trabalho; Colaborar no planejamento de cardápios; processar carnes e derivados; processar leite e derivados; processar vegetais e derivados; Servir as refeições (almoço e jantar) aos comensais; Notificar quebra e/ou dano de material ao encarregado; Executar outras tarefas pertinentes ao cargo.
Auxiliar de Cozinha	Cuidar da apresentação pessoal; Usar o uniforme completo e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's); Servir as refeições aos comensais (desjejum e lanches); Observar o cardápio, separar os alimentos e os instrumentos necessários ao preparo; Processar os alimentos conforme o cardápio e as orientações do supervisor de nutrição e/ou cozinheiro; Zelar pelo material utilizado na cozinha e conferi-lo periodicamente; Garantir a ordem e limpeza da área de trabalho onde esteja desempenhando suas tarefas; Recolher os resíduos e destinar conforme orientação do CRMB; Limpar a área destinada ao depósito de resíduos; Notificar quebra e/ou dano de material ao encarregado; Executar outras tarefas pertinentes ao cargo.
Encarregado de Serviços Gerais	Cuidar da apresentação pessoal; Usar o uniforme completo e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's); Representar a CONTRATADA sempre que necessário, durante a vigência do contrato; Responsabilizar-se pelas atividades de compra, recebimento, controle e guarda dos suprimentos do SAN; Receber gêneros alimentícios, responsabilizando-se pela inspeção e controle dos mesmos, verificando o peso e a quantidade dos produtos; Providenciar a devolução de mercadorias que não estiverem em condições de consumo, bem como, a reposição de perdas; Atender a requisição dos setores de produção de alimentos, fazendo-se o devido controle; Distribuir diariamente as mercadorias para os setores de produção de alimentos; Elaborar e alimentar planilhas de estoque e consumo; Preencher formulários próprios de controle da despensa do setor; Efetuar mensalmente o balancete para conferência do estoque de todo material presente na despensa do setor; Guardar e acondicionar os gêneros estocáveis conforme orientação do nutricionista;





	Manter o ambiente de trabalho limpo e sempre organizado; Monitorar o controle de gás; Inspeccionar a limpeza e organização diária das câmaras frias e demais áreas do setor; Auxiliar no inventário físico mensal ou anual; Fazer cumprir o horário de entrega dos produtos bem como sua qualidade; Controlar a organização e estocagem dos suprimentos; Organizar arquivos; Executar outras tarefas pertinentes ao cargo.
--	--

#### CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Fornecer a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, alocando pessoal com nível de instrução e categorias profissionais adequados à execução dos serviços, dotado de boa apresentação;
- 6.2. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte dos empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da notificação, qualquer empregado havido como de conduta inconveniente, de mão-de-obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- 6.3. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o através de crachás, com fotografias recentes;
- 6.4. Tomar as medidas necessárias ao pronto atendimento dos empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, respondendo civil, penal e criminalmente pelas cominações legais decorrentes das omissões destas;
- 6.5. Cumprir, os postulados legais vigentes de âmbito federal e distrital, as normas de segurança da Administração, inclusive quanto à prevenção de incêndios e as de segurança e Medicina do Trabalho;
- 6.6. Registrar e controlar, juntamente com o fiscal do contrato, eventualmente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a imediata reposição da mão-de-obra, eventualmente ausente;
- 6.7. Relatar ao fiscal do contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação de serviços;
- 6.8. Responsabilizar-se pela condução de seu pessoal em situações em que o transporte coletivo não esteja disponível e importe em descontinuidade dos serviços, objeto do contrato;
- 6.9. Responsabilizar-se pelo fornecimento e conservação dos uniformes, que deverão ser adequados ao tipo de serviço, da categoria profissional CONTRATADA, substituindo-o



consoante o disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, ou, quando necessário;

6.10. Sob sua responsabilidade, prover os empregados de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, sempre que os serviços a serem desenvolvidos sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde dos mesmos (Norma Reguladora nº 6, MTE, aprovada pela Portaria nº 3214, de 08/06/78);

6.11. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos, equipamentos, ferramental e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

6.12 - Manter todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

6.13. Identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc. de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

6.14. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

6.15. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

6.16. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

6.17. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

6.18. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

6.18.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas / poluentes;





- 6.18.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 6.18.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- 6.18.4. Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e
- 6.18.5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- 6.18.6. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
  - 6.18.6.1. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO (CONTRATANTE)**

##### **7.1. A Contratante obriga-se a:**

7.1.2. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

7.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.1.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

7.2. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras.

7.3. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;



7.4. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.5.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.5.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

7.5.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.5.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.6. Realizar pesquisa periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

8.1 Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA NONA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

9.1 O acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato ficará a cargo, de Servidor indicado pela CONTRATANTE, previamente designado, de acordo com as normas internas do Campus Rural de Marabá deste IFPA.

9.2 O fiscalizador do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

9.3 A atestação de conformidade do(s) serviço(s) executado(s) cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

9.4 A CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.





## CLÁUSULA DÉCIMA: DA DESPESA

10.1 A despesa mensal do presente Contrato para execução dos serviços é de **R\$ 35.683,59 (Trinta e Cinco Mil, Seiscentos e Oitenta e Três Reais e Cinquenta e Nove Centavos)**, e montante estimado para 12 (doze) meses é de **R\$ 428.203,08 (Quatrocentos e Vinte e Oito Mil, Duzentos e Três Reais e Oito Centavos)**, correrá à conta do Orçamento Geral da União, alocado ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, para o exercício de 2014, Programa 062570, Fonte 0112, Natureza da Despesa 339037-05, F0000P01MRP.

## CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura de serviços, em 02 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento, no mês subsequente ao da prestação do serviço, até o dia 20, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no art. 31 da Lei n.º 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.876/99, acompanhada das seguintes comprovações:

- 11.1.1 pagamento salarial do mês da prestação dos serviços, acompanhado de cópia dos respectivos contracheques devidamente recibados pelos funcionários ou comprovante de depósito em suas contas-correntes;
- 11.1.2 Guia de recolhimento do INSS e do FGTS, relativas ao mês anterior da prestação do serviço constante da fatura, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, exceto no último mês do contrato, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços;
- 11.1.3 regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede.

11.2 No caso de a nota fiscal/fatura ser emitida e entregue ao CONTRATANTE em data posterior à indicada na Condição 1 desta Cláusula, é imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

11.3 O pagamento dos serviços objetos desta licitação far-se-á mensalmente, em moeda nacional, através de Ordem Bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.



11.4 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1 atestação de conformidade do serviço executado;

11.4.2 apresentação da comprovação discriminada no item 1 desta Cláusula;

11.4.3 garantia contratual vigente.

11.5 O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

11.6 No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5 % ao mês, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, calculados "pro rata tempore", sobre o valor da nota fiscal/fatura, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = \{1 + TR/100\}^{N/30} - 1\} \times VP$ , onde:

TR = percentual atribuído à Taxa Referencial;

EM = encargos moratórios;

VP = valor da parcela a ser paga;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

11.7 No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

12.1 A fim de garantir o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais a CONTRATADA apresentará garantia, dentro de 15 (quinze) dias da assinatura do contrato, no valor de **R\$ 21.410,15 (Vinte e Um Mil, Quatrocentos e Dez Reais e Quinze Centavos)** equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, na forma prevista na legislação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução do Contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, sendo que no caso do Contrato vir a ser prorrogado, o prazo de validade da garantia se estenderá por igual período.





### **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

#### **13.1 São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA:**

- a) Responder pelos danos de quaisquer natureza, eventualmente causados às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas e demais pertences da CONTRATANTE, ainda que praticados involuntariamente por seus empregados;
- b) Assumir inteira responsabilidade por acidentes de trabalho que possam vitimar seus empregados, quando em serviço;
- c) Manter em serviço o número de empregados indicados na proposta e neste Termo de Contrato.
- d) Substituir, de imediato, o empregado dispensado, ou aqueles que porventura, venham a entrar de aviso-prévio, férias, licença médica ou outros impedimentos legais. Tais fatos deverão ser comunicados imediatamente à CONTRATANTE;
- e) A CONTRATADA será inteiramente responsável pela boa execução do serviço de mão-de-obra,
- f) A CONTRATADA se obriga a cumprir as exigências legais de segurança do trabalho, promovendo a proteção individual de seus empregados;
- g) Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, os salários dos empregados, os encargos sociais, inclusive previdenciários e trabalhistas, assim como, quaisquer despesas decorrentes do Contrato ora celebrado;
- h) A CONTRATADA será única e exclusivamente responsável perante a Justiça do Trabalho ou outra Justiça qualquer, referente a possíveis reclamações que possam existir dos seus empregados, principalmente no que tange à questões trabalhistas;
- i) É obrigação da CONTRATADA o fornecimento dos equipamentos que deverão ser utilizados na execução dos serviços, dentro das normas legais e de segurança, ainda que não claramente explicitados no Termo de Contrato ou no Termo de Referência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 Em caso de atraso injustificado na execução dos serviços, descumprimento total ou parcial de quaisquer cláusulas e condições pactuadas, e na inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATADA está sujeita às penalidades previstas na forma da Lei 8.666/93, a saber:



- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total das faturas emitidas e/ou a emitir, por dia de atraso em que, sem justa causa, a juízo da CONTRATANTE, deixar de cumprir com as obrigações assumidas, ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste pacto, até o limite de 15 (quinze) dias, quando então, persistindo a infração, incidirão sobre a CONTRATADA as cominações previstas no item subsequente, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis;
- f) as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA RESCISÃO**

15.1 O descumprimento de quaisquer cláusulas ou simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas cláusulas e condições dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo unilateralmente, mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA, quaisquer direitos ou indenizações, exceto o de receber o estrito valor do saldo dos serviços prestados até a data da rescisão e desde que tenham resultado efetivamente em proveito da CONTRATANTE na forma estabelecida neste Termo de Contrato.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA:** Poderá ainda ocorrer a rescisão contratual, independentemente de aviso ou interpelação judicial, ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da CONTRATADA;
- b) alteração do Contrato social ou modificação da finalidade e/ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste pacto;
- c) transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- d) cometimento reiterado de faltas, anotadas na forma do § 1º, art. 67 da lei 8.666/93.
- e) No interesse da Administração, mediante comunicação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, assegurado o pagamento do saldo dos serviços efetivamente prestados até a data do aviso de rescisão.





## CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA REPACTUAÇÃO

16.1 Será admitido a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir ou da data da última repactuação, observada a legislação que trata da matéria, em especial o Decreto 2.271/97 e a Instrução Normativa nº 02/2008, ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação ou substituição à mencionada norma.

16.1.1 Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

16.2 Para fins da primeira repactuação será exigido o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento a que a proposta se referir, levando em consideração a convenção coletiva utilizada para elaboração da proposta, independente do prazo contratual transcorrido;

16.3 Para fins da segunda repactuação e demais repactuações subseqüentes, será exigido o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da última repactuação, independentemente de haver variação nos preços de outros itens antes de escoado esse prazo.

16.4 Qualquer repactuação de interesse da CONTRATADA terá de ser precedida de solicitação formal, contendo cálculo e demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos, de acordo com a Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços vigente, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

16.5 O pedido da contratada deverá vir devidamente instruído com Nova Planilha de Composição dos Custos e acompanhado de todos os elementos que comprovem a variação dos custos pleiteada.

16.6 No caso de alteração dos custos referentes à mão-de-obra, será utilizado como parâmetro para a repactuação o índice de variação dos salários, que deverá ser comprovado por meio da convenção ou acordo coletivo de trabalho firmado pelo sindicato a que pertencerem os empregados da empresa contratada, devidamente registrado na Delegacia Regional do Trabalho/PA.

16.7 Os reajustes salariais concedidos às categorias de trabalhadores diretamente relacionadas à prestação do serviço, em decorrência de acordo, convenção ou dissídio coletivo ou



equivalente, incidirão apenas sobre a parcela dos custos ligados diretamente à mão-de-obra, não incidindo sobre os demais itens da planilha.

16.8 Os efeitos financeiros da repactuação são devidos a contar da data da solicitação, desde que devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios, cabendo à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

16.9 Aos insumos não alcançados pela majoração de custos da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, e desde que devidamente comprovada a necessidade e legalidade do reajuste, o percentual do reajustamento não poderá exceder a mesma proporção da variação acumulada do IGPM, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ocorrida entre a data limite da assinatura do Contrato e o mês de reajuste, ou outro índice que vier a substituí-lo, em conformidade com a legislação em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

17.1 O valor do Contrato poderá ser revisto mediante solicitação da Contratada, na forma do Art. 65, Inc. II, Alínea "d", da Lei nº 8.666/1993, e observados os subitens subseqüentes:

17.2 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato;

17.3 A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a Planilha de Custos e Formação de Preços referida no Anexo I do Termo de Referência.

17.3.1 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura deste Contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, podendo ocorrer somente após o período de 12 (doze) meses da assinatura deste instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

18.1 A vigência do contrato será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com as disposições estabelecidas no Art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, contados de **05/03/2014** até **04/03/2015**, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.





18.1.1 A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a Administração, das condições e dos preços contratados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DA PUBLICAÇÃO

19.1 O registro e a publicação do Contrato em extrato será providenciado até o 5º dia útil do mês subsequente ao da assinatura, para ocorrer dentro de 20 (vinte) dias a partir daquela data, correndo todas as despesas de publicação às expensas da CONTRATANTE, na forma do artigo 61 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1 O foro para dirimir questão relativa ao presente Instrumento Contratual, será o da Justiça Federal, Seção Judiciária da cidade de Marabá, Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

20.2 E, por assim estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Marabá/PA, 05 de Março de 2014.

Campus Rural de Marabá / IFPA  
Antônio Cardoso  
Diretor Geral

Office Service Ltda  
Giselle Barros Damasceno  
Representante Legal

#### TESTEMUNHAS:

NOME:  
CPF: 46293671287  
RG n.º: 2732497

OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO  
DE MÃO DE OBRA LTDA-EPP  
Marcos Damasceno  
Administrador

NOME:  
CPF: 427.956.483-34  
RG n.º: 508.44415581R